
Notas Bibliográficas

OLIVEIRA, Pedro Rubens F. de / TABORDA, Francisco (orgs.): *Karl Rahner – 100 anos: teologia, filosofia e experiência espiritual*. São Paulo: Loyola, 2005. 119 pp., 23 X 16 cm. Col. Theologica, 15. ISBN 85-15-03175-2.

Celebrando o centenário do nascimento de Rahner (05.03.1904), o Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus em Belo Horizonte promoveu, em 2004, o simpósio *Karl Rahner – 100 anos*. Este volume reúne textos de três conferências e de um “curso breve” então apresentados.

O primeiro, *Teologia e Modernidade em Karl Rahner* (Manfredo A. de Oliveira), explora as relações entre filosofia e teologia no pensamento de Rahner. O A. parte das características fundamentais da sociedade moderna, cujo antropocentrismo acaba por eliminar o espaço para Deus. Nesse contexto, Rahner toma posição, assumindo o modo de pensar moderno, mas realizando uma inversão de perspectiva. Daí nasce a sua “Teologia Transcendental”, que recorre à filosofia transcendental para tratar questões próprias da Teologia: as condições de possibilidade para que o sujeito conheça o objeto da revelação e da fé.

O segundo texto, *Karl Rahner: da experiência de Deus à Teologia* (Mario de França Miranda) parte da afirmação de Rahner de que a espiritualidade inaciana fora mais significativa para a sua vida do que toda a filosofia e teologia estudadas. O A. percorre a obra de Rahner pelo viés da experiência de Deus, demonstrando o quanto a afirmação de Rahner é verdadeira.

No terceiro texto, *Mistério – Símbolo – mistério: ensaio de compreensão da lógica interna da teologia de Karl Rahner*, Francisco Taborda estuda dois artigos de Rahner que tratam desses dois conceitos-chave: “mistério” e “símbolo”. Segundo o A., os artigos permitem perceber o quanto “mistério” e “símbolo” são conceitos que, no pensamento de Rahner, brotam da sua experiência espiritual como jesuíta e do pensamento transcendental. Em seguida, o A. analisa a relação entre os conceitos de “mistério” e “símbolo”, e daí tira conclusões.

A coletânea encerra-se com um quarto trabalho, também de F. Taborda: *Introdução à leitura de “Ouvinte da Palavra”*. Sendo uma das grandes obras de Rahner, é considerada como sua “filosofia da religião”. A obra marca a passagem que Rahner faz da filosofia à teologia, sendo, pois, fundamental para a compreensão do método transcendental, característico de seu pensamento teológico. Após a apresentação do contexto histórico e filosófico-teológico em que “Ouvinte da Palavra” foi elaborado, o A. apresenta uma visão geral da obra, a qual é, sem dúvida, um grande auxílio para quem desejar aproximar-se de obra tão densa.

O fato de ter sido publicada já bastante depois do encerramento das celebrações do centenário, faz com que a obra tenha o mérito de trazer novamente à baila o pensamento teológico de Rahner. Recordá-nos, também, que estudo da produção intelectual desse jesuíta alemão (mais de 3.500 títulos publicados!) oferece ainda vasto campo para a pesquisa. Os quatro textos deste volume querem dar a conhecer as fontes e os elementos principais do pensamento rahneriano, reconhecidamente complexo, e isso os torna instrumentos úteis para aqueles que se encorajem a adentrar esse caminho, o qual, ainda que árduo, não deixará quem o percorra de mãos vazias. Enraizado na fé e na Tradição da Igreja, bebendo das fontes da Patrística e da teologia medieval, Rahner demonstra como é possível, fazendo uso da reflexão séria e fundamentada, ser crítica e criativamente fiel à experiência cristã no contexto em que se vive. Oxalá possamos aprender com ele.

Uma última observação: não nos deixemos enganar pelo volume relativamente pequeno da obra (119 pp.), pois o que talvez se “perca” em número de páginas é sobejamente “compensado” pela densidade dos textos.

Claudio Paul, SJ

COLLANTES, Justo (org.): *A Fé Católica: documentos do Magistério da Igreja das origens aos nossos dias*. Organização, introdução e notas de Justo Collantes, S.I. Tradução do original espanhol de 1982 cotejada com os originais em latim e grego e atualizada com novos documentos por Paulo Rodrigues. Rio de Janeiro; Anápolis: Lumen Christi; Diocese de Anápolis, 2003. 1345 pp. 21 X 16 cm. estampas. ISBN 85-88711-03-6.

A editora Lumen Christi, dos beneditinos do Rio de Janeiro, e a diocese de Anápolis, Goiás, acabam de publicar uma tradução atualizada da coleção de pronunciamentos do Magistério compilada por Justo Collantes e publicada em espanhol na Biblioteca de Autores Cristãos (BAC), em 1982. O conteúdo é constituído essencialmente de textos que se encontram também na compilação conhecida como “o Denzinger” (*Enchiridion symbolorum, definitionum et declarationum de rebus fidei et morum*); inclusive, a obra de Collantes traz, no fim, além dos demais índices, também a correspondência numérica com Denzinger-Schönmetzer (32ª edição em diante). A seleção de Collantes é geralmente mais resumida que a de Denzinger-Schönmetzer, mas em diversos casos apresenta recortes diferentes, de modo a fornecer dados complementares. A versão portuguesa completa a coleção até o Papa João Paulo II, como faz também a nova edição do Denzinger (Denzinger-Hünemann, bilingüe, a partir da 37ª ed., de 1991, prevista para sair em 2006 em tradução brasileira).

Quais são, então, as diferenças entre Collantes e Denzinger? A coleção de Collantes é construída sobre princípios totalmente diferentes. Em primeiro lugar, acolhe somente os documentos sobre questões de fé (dogmática), não os que se referem à moral. Tal restrição alivia o acervo e facilita o uso, porém, supõe uma distinção metodológica entre dogma e moral que às vezes é irreal. A segunda e principal diferença diz respeito à organização, que é temática, não cronológica. Para o

estudo “sincrônico” das disciplinas teológicas separadas, a organização por temas é bastante prática; para um estudo histórico, porém, é nitidamente preferível a organização do Denzinger, que dá uma visão muito melhor da evolução histórica da expressão magisterial da doutrina. Por causa da organização temática, Collantes pode induzir o usuário a construir um sistema da fé a partir das expressões do Magistério, ou seja, o que antigamente se chamava uma “teologia Denzinger” – exatamente o que os recentes editores do Denzinger quiseram evitar (cf. KONINGS, J. Um “Denzinger” brasileiro. *Perspectiva Teológica*, v. 34, n. 94 (2002) 377-386).

Collantes distingue 11 capítulos, usando uma numeração cujo prefixo indica o capítulo em que o documento foi classificado (em X e XI o prefixo é 0) . Os capítulos são os seguintes:

I. Fé e Razão, tratando da defesa e dos limites da razão, do Concílio Vaticano I, do Modernismo e dos novos problemas tocados nas encíclicas *Humani Generis* e *Sempiternus Rex* de Pio XII, na constituição *Dei Verbum* e na declaração *Dignitatis Humanae* do Concílio Vaticano II, e na *Fides et Ratio* de João Paulo II.

II. As fontes da Revelação: em torno do cânon das Sagradas Escrituras e a Tradição, e abordando os novos problemas a partir da *Providentissimus Deus* de Leão XIII até a *Dei Verbum* do Vaticano II.

III: “Deus Criador”, doutrina sobre a criação do universo e do homem, e o pecado original.

IV: O Cristo Salvador: a divindade de Cristo, a união hipostática, as tendências do monofisismo e do nestorianismo mitigado, os “novos problemas” (a partir do Modernismo); e, por fim, as conseqüências da união hipostática, culminando na *Redemptor hominis* de João Paulo II.

V: “Maria na obra da Salvação”: a maternidade divina, a virgindade, a imaculada concepção, a assunção, a mediação universal, o culto mariano.

VI: “Deus revelado por Cristo”: textos desde o Papa Dionísio (século III) até a *Dominum et vivificantem* de João Paulo II.

VII: A Igreja: a fundação, a Igreja povo de Deus, a constituição da mesma, a vocação universal à santidade, o culto aos santos, a síntese teológica em torno à *Lumen Gentium* do Vaticano II e a declaração *Mysterium Ecclesiae* da Congregação da doutrina da Fé (1973); por fim, os “novos problemas” abordados nos escritos de João Paulo II.

VIII: “A graça”: o pelagianismo, o predestinacionismo, o luteranismo, o jansenismo.

IX: Os sacramentos, primeiro em geral, depois *in specie*.

X: A escatologia: a ressurreição, a retribuição depois da morte, as indulgências, a escatologia coletiva, novos problemas, ou seja, os temas abordados na carta *Recentiores episcoporum* da Congregação para a doutrina da Fé (1979).

XI: Os Símbolos da fé, não só os antigos, como também os modernos (Trento e Paulo VI).

Collantes parece ter escolhido os textos mais fundamentais, evitando os mais complexos ou complicados. Em muitos lugares, acrescenta entre colchetes alguns

termos do original grego ou latino, para possibilitar a verificação do bem-fundado da tradução. A tradução é por vezes diferente da que Denzinger-Hünemann oferece. E é bom que assim seja, para que nossos estudiosos tomem consciência de que os textos do Magistério necessitam, tanto quanto os da Bíblia, de exame crítico e de interpretação. Pois, estranhamente, existe o costume de tratar com mais liberdade crítica os textos bíblicos que os do Magistério...

As introduções que precedem os diversos capítulos ou temas, bem como as notas de rodapé, bastante amplas, são muitas vezes de cunho apologético, mas de toda maneira apresentam informação válida.

Johan Konings SJ

ALMEIDA, Antônio José de: *Igrejas locais e colegialidade episcopal*. São Paulo: Paulus, 2001. 100 pp., 20 x 13 cm. ISBN 85-349-1818-X

Este pequeno livro, texto de palestra proferida no contexto de um "Seminário sobre Teologia das Conferências Episcopais", realizado no Rio de Janeiro, em abril de 2001, tem por autor um dos estudiosos que mais se dedica no Brasil à temática dos ministérios eclesiais. Já por isso, convém que a pequena dimensão do texto não impressione negativamente, como se nada de útil ou interessante teologicamente se fosse encontrar. Pelo contrário.

O livro está dividido em doze capítulos. O cap. 1 (7-8) traz uma aclaração terminológica: "Igrejas locais" ou "Igrejas particulares"? O A. opta por usar indistintamente os dois termos para designar "a concreta realização da Igreja" (8). O cap. 2 (9-12) explicita o conceito de povo de Deus, a ser usado sempre no singular, seja com referência a Israel, na primeira Aliança, seja com referência à Igreja, pois a relação do povo de Deus com seu Deus "não é exclusiva, mas empenhativa", o grupo assim designado é "*pars pro toto*, sinal para todas as nações" (11). O cap. 3 (13-18) continua as aclarações preliminares, refletindo a relação entre Igreja local e Igreja universal. Essa relação não se resolve na relação da parte com o todo (cf. 17). A Igreja de Corinto é a Igreja tal como se apresenta em Corinto (cf. 18, n. 25). O cap. 4 (19-22) aclara o conceito de Corpo de Cristo, mostrando sua origem na celebração da eucaristia. Ele vale tanto da Igreja local como da universal. O mesmo se diga da designação "Construção do Espírito" (cap. 5: 23-28).

A temática da origem eucarística da Igreja é aprofundada no cap. 6 (29-36) que explica como, na sinaxe ou assembléia eucarística, pela ação do Espírito, se manifesta a Igreja. A partir daí se entende a função do bispo, "estritamente ligada à sinaxe eucarística que ele preside" (34). "Mediante [...] a comunhão no corpo e no sangue eucarísticos de Cristo, a Igreja se torna e se manifesta ela própria *comunhão* e é colocada, como comunhão de vida, caridade e verdade, em condições de ser *sacramento de comunhão*" (36).

No cap. 7 (37-50), o A., interpretando, inspirado de Hervé Legrand, o documento conciliar sobre os bispos, *Christus Dominus*, descobre os elementos constitutivos da Igreja local: o Espírito Santo, o Evangelho, a eucaristia (e demais sacramentos) e

o bispo, num determinado espaço. Embora cada Igreja local seja verdadeira e plenamente Igreja, não significa que ela seja a Igreja inteira ou a totalidade da Igreja. Ela está referida às outras Igrejas locais e constitui, em comunhão com elas a Igreja universal (cap. 8: 51-60). Mas, nem por isso, esta é mera soma, confederação ou justaposição de Igrejas locais. Nem a Igreja local é anterior à Igreja universal, nem esta anterior àquela. “Desde o primeiro momento de sua aparição histórica, a Igreja se caracteriza por uma relação de mútua interioridade entre universalidade e localidade” (54). A comunhão se constrói da catolicidade no tempo (a Igreja é apostólica) e do recíproco reconhecimento entre as Igrejas locais. Os bispos são o ponto de referência da comunhão entre as Igrejas. A partir daí, o A. pode estabelecer quais os símbolos e mediações da comunhão, primeiramente na Igreja local (cap. 9: 61-67): a celebração eucarística, a presidência pelo bispo, o presbitério, o ministério pastoral dos ministros ordenados e de todos os fiéis, cada um com seu carisma, através do qual contribui para a construção da Igreja e para sua missão no mundo. Daí deriva o conceito e a prática da “sinodalidade”, o “caminhar juntos”, que sintetiza num conceito todas as formas de criar “a unidade através do encontro de muitos” (65). O modelo inspirador é a Igreja de Jerusalém, tal como refere At 15,22: “De acordo com toda a Igreja, os apóstolos e os anciãos decidiram...” “Na prática, a ‘sinodalidade’ comporta o diálogo e a comunicação entre os diversos sujeitos eclesiais e a participação numa obra comum segundo o próprio estado de vida na Igreja. Ela respeita, por isso, o papel próprio do bispo, a cooperação do presbitério ao seu ministério e a específica contribuição dos fiéis leigos” (66). O A. cita, a seguir, num parágrafo, instituições vigentes que seriam instrumentos de “sinodalidade” (cf. 67). Assim como, no interno da Igreja local, há símbolos e mediações da comunhão, o mesmo vale *entre* as Igrejas locais (cap. 10: 69-73). O A. menciona uma série de símbolos e mediações e tece considerações especialmente sobre as metrópoles, os patriarcados e a pentarquia.

Preparado solidamente pelas reflexões dos capítulos anteriores, o cap. 11 (75-82) pode, enfim, abordar a questão da “colegialidade episcopal e conferências episcopais”. “A colegialidade episcopal foi um dos temas mais vivamente debatidos durante o Concílio e no pós-concílio” (75). Entretanto, o Vaticano II não articulou explicitamente sua teologia das Igrejas locais com o texto decisivo sobre a colegialidade. Neste não aparece a necessária conexão entre o bispo e uma Igreja local. O episcopado é pensado antes na perspectiva do poder conferido pela ordenação episcopal. A “forma suprema do exercício da colegialidade” é o concílio ecumênico (78), mas há ainda outras formas citadas nessa mesma página. O A. detém-se nas conferências episcopais, como “expressão possível” e “manifestação apropriada da solidariedade do corpo eclesial” (81, citando J. Hamer). Não são meras “estruturas administrativas”, têm “relevância teológica, eclesiológica e antropológica” (ib., citando M. Semeraro).

O cap. 12 (83-95) leva a termo a reflexão começada no capítulo anterior, mostrando como os dois Concílios do Vaticano (I e II) são concílios inacabados. Para tanto, o A. aprofunda os três limites do conceito de colegialidade elaborado pelo Vaticano II. O primeiro é a “cisão entre o colégio dos bispos e a comunhão das Igrejas” (83); o segundo é a concentração da colegialidade no esquema binário papa/bispos, não levando em consideração a articulação das Igrejas entre si (85); o terceiro é o fato de o “conceito de colégio do Vaticano II” ser “extremamente restritivo no plano canônico” (88). Depois de explicitados estes pontos, o A. passa a analisar três

pontos de superação (o Vaticano II mesmo se autocorrige): 1) a superação do binômio papa/bispos por uma concepção ternária: papa / Igrejas regionais / bispos; 2) “a superação da problemática do duplo sujeito, inadequadamente distinto, da suprema e plena potestade na Igreja [papa/bispos], por uma releitura do Vaticano I” (92); 3) “a revisão dos títulos do papa” (95). Uma conclusão (97-100) expressa esperança, guiada pelo moto de Agostinho: “É lícito sentir de modo diverso, salva a comunhão”.

Todo o texto se caracteriza por ser muito bem documentado, baseando-se em autores significativos, amplamente citados. Torna-se também uma forma de o grande público ter acesso a esses autores só publicados em línguas estrangeiras. Quanto às citações, não deixa de ser saborosa a ironia ao introduzir uma citação do *professor Ratzinger (79)*, francamente favorável às conferências episcopais, quando são conhecidas as restrições do *cardeal Ratzinger* a essas instituições...

A apreciação final poderá ser dada numa palavra: um pequeno grande livro. Vale a pena ser lido.

Francisco Taborda SJ

O presente do homem – o futuro de Deus. O lugar dos Santuários na relação com o Sagrado. Actas do Congresso Internacional de Fátima, 10-12 de outubro de 2003. Fátima: Santuário de Fátima, 2004. 439 pp., 23,5 X 16,5 cm. ISBN 972-8213-37-9.

O livro publica os trabalhos do Congresso Internacional de Fátima, realizado em outubro de 2003, fechando um ciclo de quatro Congressos, iniciado em 1992. Todos eles têm as atas publicadas. Este último Congresso dedica reflexões sobre a própria realidade do Santuário em sua pluridimensão.

J. da Silva Lima estuda o Santuário como fenômeno religioso na sua tríplice realidade de mediação, de centro e instância do Sagrado. Num mundo marcado pela secularização e pela individualização da religião, com perda da força injuntiva da oficialidade religiosa, o Santuário permite ao fiel uma experiência segundo sua sensibilidade. Os Santuários, como lugar sagrado, oferecem referência para a sociedade e por isso eles fazem parte de sua história e continuam falando às pessoas, embora de modos diferentes conforme tempo, cultura.

P. Sequeri mostra a ambivalência da secularização no momento atual. Ela já não se entende num processo linear de perda do sagrado. Conjuga tanto a desconstrução da tradicional vinculação entre sociedade e sagrado quanto a explosão de elementos religiosos arcaicos, selvagens. Retoma da definição do sagrado de R. Otto a dupla dimensão estética (*fascinosum*) e dramática (*tremendum*). Reconhece o elemento estético presente, em chave individual, na nova busca de espiritualidade. Por sua vez, o elemento dramático prevalece na visão da religiosidade coletiva, onde o sagrado é visto especialmente como elemento socialmente perturbador, regressivo e despótico, fanático e conflituoso. O novo dessa religiosidade pós-moderna é uma concepção da religião tradicional como simples instrumento à

disposição para a necessidade pessoal de definir a relação entre o sentimento ambivalente do sagrado e o objetivo irrenunciável da realização de si. No extremo estão o subjetivismo místico e o fundamentalismo político. O autor constrói um esquema de interpretação entre o sagrado e a religião. O sentido sagrado se entrelaça com a reflexão humana no sentido da existência, entrando em campo dois eixos fundamentais. O primeiro se liga à misteriosa consciência do livre “dever ser” que define eticamente a dignidade do humano. O segundo define o sentido da existência em relação aos absolutos do desejo. Para elucidar esse eixo de pensamento, o autor trata do novo sentimento do sagrado e a religião do Si, a crítica religiosa e cristã do narcisismo e a experiência do limiar como limite-vinculação do sagrado. Trata-se de uma reflexão profunda e substancial que ilumina bastante as aparentes aporias do fenômeno religioso atual.

Sobre os santuários como espaços epifânicos de Transcendência, discorre J. J. de Farias. Os Santuários representam nesse mundo secularizado, pós-religioso e pós-cristão um oásis para a alma e coração desse ser humano atribulado. Para os católicos, o Sagrado não é algo abstrato, sem identidade, mas o mistério de Deus que se torna presente nos santuários e, de modo especial, na celebração dos sacramentos. Sinal da Transcendência já é o próprio templo, mas muito mais os peregrinos reunidos. O peregrino sacraliza o Santuário com sua fé e revela, por sua atitude, a transcendência. O autor desenvolve a estrutura antropológica da transcendência para entender o sentido profundo sagrado do Santuário. Faz o percurso desde os filósofos gregos até os teólogos da atualidade, ultrapassando a via especulativa da determinação dos conceitos pela via narrativa de como se processa a relação do homem com o mundo e com Deus.

J. Duque apresenta o santuário como transfiguração do espaço e do tempo. Procura entendê-lo a partir da estrutura do ser humano como alguém ligado a tempo e espaço, embora os transcenda em realizações simbólicas. Sendo um ser espacial e temporal, procura sempre um caminho de ruptura com esses limites. Nessa perspectiva se pode interpretar o santuário.

C. H. do C. Silva apresenta longo trabalho sobre o lugar do Divino Vislumbre, entendendo o Santuário na perspectiva da relação do Sagrado e do Profano. Trabalho muito erudito, que já se prefigura nas epígrafes em três línguas. O autor justifica a vasta anotação de rodapé de página, que ocupa mais da metade do texto, pelo seu caráter sintético. Assim o leitor tem por onde complementar o estudo. O resumo do próprio autor nos favorece a intelecção de suas proposições mestras. Discute a facilitação da tese do sagrado e profano, apontando para outra perspectiva de compreensão encarnacional do santuário como lugar de vislumbre do santo. Como o título traduz, o santuário se apresenta como um espaço de abertura para o infinito, um hiato no tempo e na psicologia habitual que permite esse vislumbre do eterno. Incorpora na compreensão do espaço e em particular da fenomenologia do lugar sagrado/profano a pluridimensionalidade conceitual e da experiência estética e espiritual, fazendo do espaço um entrecruzamento e limiar do “céu na terra”.

Três exposições enfrentaram o mundo a-religioso, num contexto em que o tema religioso do Santuário ocupa o centro. A experiência do ateísmo (J. Coutinho), a secularização (D. Januário T. Ferreira) e o conflito entre crença-descrença (S. del

Cura Elena). A primeira reflexão se debruçou sobre a experiência histórica recente do ateísmo, percebida sob três dimensões: libertação, tragédia e purificação. A secularização permite reflexões pastorais lúcidas, sobretudo no que ela tem de mais expressivo: a autonomia. O autor dessa conferência termina com um toque de realismo e otimismo. “Se as Igrejas perderam (com a secularização) em autoidade e talvez em prestígio, aprenderam a apreciar o que ganharam: a independência. A autonomia é da mesma família da secularização”. A discussão, inicialmente proposta, como tensão entre crença e descrença, foi deslocada pelo conferencista para a relação fé e descrença. E esta é assumida no sentido teológico de “*credere Deum, in Deum et Deo*”. O termo descrença cobre ateísmo, agnosticismo e indiferentismo religioso. Tem seus limites, já que tem perfis flutuantes. O autor trata de algumas variantes da tensão entre fé e descrença em seus traços mais significativos e na sua maior ou menor vigência no momento atual: o debate sobre a realidade de Deus, o caráter pós-cristão da descrença, a interpretação das metamorfoses religiosas, a relevância pública da fé para concluir “sob o signo da precariedade”.

J. J. Vila-Chã debruça-se sobre a religião como fenômeno, fazendo o percurso da fenomenologia à reflexão sobre a oração. Aborda os principais elementos constitutivos do estudo contemporâneo do fenômeno religioso com menção especial das correntes fenomenológicas para em seguida processar a uma análise reflexiva das principais incidências em relação sobretudo à oração. Desbasta o complexo campo semântico da expressão “fenomenologia da religião” na complexidade de sentidos e de disciplinas, percorrendo os principais fenomenólogos da religião. Analisa, em outro momento, a oração como fenômeno revelador da essência da religião. Aponta para a possibilidade de deturpação da religião e de suas formas para redimi-la pela reafirmação do valor da oração.

J. Dupuis trata de seu tema preferido do diálogo inter-religioso no contexto da evangelização. Apresenta a fundamentação teológica do diálogo, seus desafios e frutos. Ele envolve mútuo enriquecimento dos parceiros. Alocuções breves do cardeal patriarca de Lisboa, do Presidente da Comissão Científica do Congresso e do Presidente do Conselho Pontifício para o Diálogo Inter-religioso formam um conjunto de intervenções de cunho mais oficial. E o conjunto de exposições termina com uma série de testemunhos variados, significativos.

Este livro torna-se fonte inestimável para quem trabalha na pastoral dos Santuários. São reflexões plurais, profundas e atualizadas. Abre horizontes para um enfrentamento pastoral diante da complexa realidade do fenômeno religioso atual ao lado das formas atéias, agnósticas e indiferentistas.

João Batista Libanio SJ

RUIZ DE GOPEGUI, Juan A.: *Procurar e encontrar Deus no dia-a-dia por meio dos Exercícios Espirituais de Santo Inácio*. São Paulo: Loyola, 2005. 246 pp., 21 X 14 cm. ISBN 85-15-03118-3.

Quem conheceu e fez os retiros tradicionais de Santo Inácio em décadas anteriores, apenas se dá conta da enorme transformação por que tem passado a pedagogia dos Exercícios Espirituais. A nova linha dista anos-luz daquelas tonitruantes pregações que começavam com as ameaças dos novíssimos da morte e do inferno para terminar no céu. Infelizmente se entrara por caminho totalmente equivocado que deturpara radicalmente a intuição inaciana. O trabalho de renovação da prática dos EE. EE. tem-se consolidado no Brasil por meio de uma competente equipe de orientadores, formados especialmente no Centro de Espiritualidade de Itaici.

Nessa linha insere-se este livro, que traz preciosa contribuição, tanto para os orientadores de Exercícios quanto para aqueles que o fizerem. Há um conjunto singular de qualidades, bem equilibradas, que o tornam um tesouro.

Insiste desde o início que se trata de uma experiência da graça, afastando para longe toda concepção voluntarista e pelagiana. Não está em jogo um esforço atlético de cumprir um ritual minucioso, como verdadeiro treinamento, para vencer a batalha espiritual. Antes, parte do desejo de alguém que se quer dispor à ação da graça a fim de vencer a si mesmo e ordenar a vida sem determinar-se por afeição alguma desordenada, como observa o próprio Santo. E esse próprio desejo já é graça.

A riqueza do livro consiste em vários pontos. Expõe as principais intuições de Inácio, captadas do conjunto de anotações, adições, regras de orientação e do texto das considerações, meditações e contemplanções. E o faz com clareza, com respeito ao texto, mas com devida atualização feita por quem o conhece e o vivenciou muitas vezes e profundamente. Lendo-se o livro, capta-se com clareza a intencionalidade principal que atravessa toda a experiência dos EE. EE., de tal maneira que o exercitante pode ir confrontando-a com seus sentidos e afetos.

O acento põe-se na oração pessoal. Apresenta as diversas formas de oração que Inácio trata no livro, insistindo sobretudo na contemplação, que predomina no decurso dos EE. EE. De tempos em tempos, recorda a dimensão de gratuidade, a importância da oração e a marca mística da experiência dos EE. EE., evitando os obstáculos do intelectualismo à busca de idéias bonitas e do voluntarismo da decisão. Algum incauto, ao ler superficialmente certas expressões inacianas, como “pedir o que quero”, “quero e desejo por determinação deliberada” e outras expressões semelhantes, poderia entendê-las de maneira voluntarista. Ruiz de Gopegui insiste em que, por detrás, está a atitude de abertura à graça, a busca de conhecer a vontade de Deus sobre a vida do exercitante. E tal questão torna-se evidente por todo o conjunto dos EE. EE., que se fazem em clima de oração e contemplação da vida de Jesus. Busca-se uma sintonia com o Senhor e, a partir daí, brotam os desejos e decisões.

Como as contemplanções da vida de Jesus desempenham papel fundamental nos EE. EE., Ruiz de Gopegui escolheu o evangelho de Marcos como eixo principal para organizá-las. Conjuga com muito equilíbrio o sentido contemplativo pedido por Inácio e toques exegéticos com a finalidade de facilitar a contemplação, e não de

perder-se em discussões acadêmicas. Essas indicações ajudam muito, desimpedindo o exercitante de uma leitura fundamentalista ou simplesmente fantasiosa da Escritura, como também de um trabalho teórico de estudo do texto.

Ruiz de Gopegui lecionou durante muitos anos um curso sobre o evangelho de Marcos, familiarizando-se com o texto. Isso lhe permitiu ser atualizado nas interpretações. Inseriu magistralmente as partes do evangelho no complexo dos EE. EE. de maneira didática, contemplativa e progressiva. Como ele mesmo disse, o orientador ou o exercitante pode completar com os outros evangelhos. Mas já temos aí um eixo estruturante importante.

Nas grandes meditações inacianas, introduz pequenos toques de atualização para os dias de hoje sem desvirtuar o sentido fundamental do texto inaciano. Facilita fazê-las no contexto atual. Há uma nítida perspectiva latino-americana com acento sobre o sentido evangélico da preferência de Deus pelos pobres.

O livro oferece ótimos subsídios para quem quer fazê-los pessoalmente, não dispensando, porém, o orientador. Completa-o. E para o próprio orientador, o texto recorda as indicações fundamentais de Inácio de maneira progressiva, didática e em doses pedagógicas. Os pontos marcantes dessa experiência são retomados e repetidos ao longo do texto, muito no espírito das repetições de Santo Inácio.

Assim temos às mãos mais um excelente subsídio para continuar o movimento renovador dos EE. EE. de Santo Inácio. Insere-se no espírito do Vaticano II, que recordou o primado absoluto da Palavra de Deus na vida do cristão. A experiência inaciana caracteriza-se fundamentalmente pelo confronto com tal Palavra a fim de conhecer a vontade de Deus sobre a nossa vida pessoal e sobre a história.

J. B. Libanio SJ